

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
PAULO ROBERTO MÜLLER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DA
EMIGRAÇÃO URBANA EM FOZ DO IGUAÇU - PR**

CASCADEL

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
PAULO ROBERTO MÜLLER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DA
EMIGRAÇÃO URBANA EM FOZ DO IGUAÇU - PR**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Teórico-conceitual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.
Professor Orientador: Andressa Carolina Ruschel.

CASCADEL

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
PAULO ROBERTO MÜLLER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DA
EMIGRAÇÃO URBANA EM FOZ DO IGUAÇU - PR**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professora M^a Arq^a Andressa Carolina Ruschel.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
M^a Arq^a Andressa Carolina Ruschel.

Professora Avaliadora
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arq^a. Esp^a. Carolina de Moraes Sonda

Professor Avaliador
Centro Universitário Assis Gurgacz
Me. Esp. Econ. Eduardo Miguel Prata Madureira

Cascavel/PR, 25 de maio de 2018

RESUMO

A presente pesquisa aborda como assunto o planejamento de Foz do Iguaçu - PR e como tema as consequências urbanas ocorridas após a emigração populacional de Foz do Iguaçu- PR. Justifica –se no âmbito social, cultural, científica, acadêmica, pessoal e profissional por analisar quais as consequências urbanas ocorridas após a emigração populacional iniciada em 2008 na cidade de Foz do Iguaçu – PR, sobre qual busca responder a pergunta: Como os altos índices de emigração são prejudiciais a cidade de Foz do Iguaçu – PR?. Há hipótese inicial é que sim, os altos índices de emigração são prejudiciais ao desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu – PR. Desta maneira dividiu a pesquisa em objetivos específicos sendo eles: resgate da bibliografia e de metodologias, contextualização do urbanismo no Brasil, áreas irregulares, planejamento urbano, políticas urbanas, contextualização das abordagens sobre a cidades de Capanema – PR e Uruguaiana – RS e do índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, dos quais será utilizado alguns indicadores como parâmetros de análise com Foz do Iguaçu - PR . Abordado também sobre a colonização e ocupação da Mesorregião Oeste do Paraná, na qual foi uma das últimas regiões a serem ocupadas no sul do país.

Palavras chaves: Emigração Populacional. Foz do Iguaçu. Planejamento Urbano.

LISTAS DE SIGLAS

CA – Coeficiente de Aproveitamento
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Ozorio
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CV – Crescimento Vegetativo
DNER – Departamento Nacional de Estrada e Rodagem
EUA – Estados Unidos da América
FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
HA – Hectare
IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
KM – Quilômetro
KM² - Quilômetros Quadrado
LABHAB – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos
M – Metro
M² - Metro Quadrado
PDM – Plano Diretor Municipal
PHD – Doutor da Filosofia
PIB – Produto Interno Bruto
PNI – Parque Nacional do Iguaçu
PR - Paraná
PUR – Planejamento Urbano e Regional
RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RS – Rio Grande do Sul
TC – Taxa de Crescimento

TF – Taxa de Fecundidade

TM – Taxa de Mortalidade

TN – Taxa de Natalidade

TO – Taxa de Ocupação

TP – Taxa de Permeabilidade

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01: Definição dos tipos de densidade.....	26
Quadro 02: Definição de Densidade Líquida e Bruta.....	27
Quadro 03: Vantagens e desvantagens da densidade populacional	28
Quadro 04: Características da Baixa e Alta Densidade Habitacional	29
Quadro 05: Dimensões do IBEU.....	41

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01: Evolução Populacional Mundial do ano 1 – 2100.....	30
Tabela 02: Estrutura da População por Faixa Etária	31
Tabela 03: Estimativa Populacional de 2001 a 2016 de Uruguaiana – RS.....	39
Tabela 04: Índice de Bem-Estar Urbano em Regiões Metropolitanas	45

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 01: Localização do Município de Capanema - PR.....	36
Imagem 02: Localização do Município de Uruguaiana - RS.....	39
Imagem 03: Localização do Território do Iguaçu em 1944.....	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
1.1 URBANISMO NO BRASIL	15
1.1.1 Período Pré-Colonial.....	15
1.1.2 Período Colonial	16
1.1.3 Períodos Urbanísticos	18
1.2 PLANEJAMENTO URBANO	19
1.2.1 Urbanismo e Política Urbana	20
1.2.2 Plano Diretor Municipal - PDM.....	22
1.2.3 Planejamento e Gestão	23
1.3 ÁREAS IRREGULARES	24
1.4 DENSIDADE URBANA.....	26
1.4.1 Migração: Imigração e Emigração	31
1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO	33
2 ABORDAGENS	34
2.1 CAPANEMA - PR	34
2.1.1 Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono	36
2.1.2 Densidade Demográfica e Economia.....	37
2.2 URUGUAIANA - RS	38
2.3 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO - IBEU	40
2.3.1 As Cinco Dimensões de Análise do IBEU.....	40
2.3.2 Metodologia Operacional do IBEU	44
2.3.3 Aplicação do Índice de Bem-Estar Urbano em Regiões Metropolitanas.....	45
2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	46
3 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO.....	47
3.1 HISTÓRIA DO OESTE DO PARANÁ.....	47

3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO	50
CONSIDERAÇÕES	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	58
ANEXO A – Quadro com peso dos indicadores em cada Dimensão do IBEU	58

INTRODUÇÃO

O presente estudo “Fundamentos Arquitetônicos: Análise das Influências da Emigração Urbana em Foz Do Iguaçu – PR”, está associado ao trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, inserido na linha de pesquisa “PUR- Planejamento Urbano e Regional” e no grupo de pesquisa “Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional”, aborda como assunto o planejamento de Foz do Iguaçu, pois para o planejamento urbano é importante compreender, prever e planejar um controle para o desenvolvimento físico da cidade em que afetará nas questões sociais, econômicas, políticas e tecnológicas (FARRET, R. L, KOHLSDORF, M. E, GONZALES, S, HOLANDA, F, 1985). Desta forma o planejamento urbano das cidades, apresenta a necessidade de compreender o município dentro do contexto nacional, propondo e desenvolvendo propostas para um desenvolvimento integrado, organizando e controlando suas estruturas físico territoriais (uso e ocupação do solo, urbano e rural, estruturação do sistema viário, equipamentos públicos e sociais, e de infraestrutura como saneamento, comunicação, transporte e energia), fontes de recursos institucionais e de atividades administrativas (PAGNONCELLI, D. AUMOND, C.W, 2004).

O tema “as consequências urbanas ocorridas após a emigração populacional de Foz do Iguaçu- PR”, se faz necessário compreender a importância da densidade populacional das cidades. Acioly e Davidson (1998) definem que a densidade populacional é abundantemente significativa para o bom desempenho econômico da cidade, pois com grandes densidades é possível aumentar a vitalidade urbana, e a geração de receitas.

Foz do Iguaçu é uma cidade localizada no oeste paranaense, uma das últimas regiões a ser colonizadas no Estado do Paraná, situa-se na fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai, possui sua economia baseada no turismo através de seus mais variados pontos turísticos, dentre eles o Parque Nacional do Iguaçu, as Cataratas do Iguaçu, Itaipu Binacional (Usina Hidrelétrica) a Tríplice Fronteira dentre outros. Contudo manteve um crescimento populacional contínuo por anos até seu ápice em 2007 com 311.336 habitantes, desde então apresentou grande declínio de 2007 a 2010 reduzindo mais de 55.000 habitantes (IBGE, 2010). Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – (IPARDES, 2017), estima-se que Foz do Iguaçu apresentará de 2017 a 2040 uma emigração superior a 37.000 pessoas, chegando a uma população de 219.207 habitantes, indicando uma alta taxa de emigração. Desta forma o presente trabalho busca responder: Como os altos índices de

emigração são prejudiciais a cidade de Foz do Iguaçu? Confirmando ou refutando a hipótese de que Foz do Iguaçu apresenta altos índices de emigração prejudiciais para seu desenvolvimento.

Justifica-se no âmbito científico pôr auxiliar os futuros pesquisadores das áreas de planejamento regional, planejamento urbano e de densidade demográfica, a expandirem seus conhecimentos sobre as influências positivas e negativas causadas pela emigração populacional sobre uma cidade, já no contexto social o presente estudo pretende proporcionar a comunidade e aos órgãos municipais a importância que a densidade populacional dispõem sobre o município, elencando possíveis fatores que influenciaram esse aumento emigratório.

O objetivo geral, parte do pressuposto de compreender os movimentos emigratórios, seus reflexos e suas consequências sobre a cidade de Foz do Iguaçu. Elencando como objetivos específicos:

Resgatar bibliografias sobre o assunto

Contextualizar o histórico do Município de Foz do Iguaçu, tríplice fronteira, emigração, imigração, economia e capital social.

Apresentar correlatos de cidades que tiveram altas taxas de emigração.

Analisar os fatores que ocasionaram a emigração populacional de Foz do Iguaçu.

Investigar as consequências urbanas na cidade após a evacuação populacional, aprovando ou refutando as hipóteses.

O trabalho será desenvolvido através da metodologia do estudo de caso da cidade de Foz do Iguaçu - PR, que tem por objetivo direcionar a pesquisa e o tema abordado a esta cidade, cujo sua análise envolverá os dados de densidade demográfica e de infraestrutura públicas (GIL, 2002). A fase de levantamentos de dados possui a finalidade de familiarizar informações previamente escolhidas, indiferentemente das técnicas metodológicas utilizadas na sua elaboração (MARCONI, M. A, LAKATOS, E. M, 2017). Gil (2002) referencia-se a essa etapa como pesquisa exploratória: tendo por objetivo a proximidade com o assunto, tornando-o claro e de fácil entendimento, pois é bastante flexível ao considerar todos os aspectos levantados, Gil (2002) acrescenta que estas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico ou estudos de caso.

Gil (2002) define pesquisa documental como um processo de análise dos documentos que não tenham recebido nenhum tratamento analítico como é o caso de tabelas, relatórios, estatísticas, gráficos e demais indicadores. Marconi e Lakatos (2017) acrescentam que as características desta pesquisa se baseia na fonte dos dados dos documentos que podem estar ou não escritos, desta forma ela elenca alguns tipos de fontes documentais: Arquivos Públicos, quando os arquivos são de propriedade ou emitidos pelos órgãos públicos de esfera nacional, estadual ou municipal; Arquivos Particulares, quando os documentos se referem a diários, auto

bibliografias ou memórias ou de instituições privadas como é o caso de igrejas, escolas, associações, partidos políticos; as Fontes Estatísticas são a utilização de dados tabelados ou não por órgãos oficiais de censitários como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

A pesquisa bibliográfica é caracterizada por ser desenvolvida com bases bibliográficas já elaboradas como: livros, artigos científicos, sites confiáveis, jornais, periódicos, dicionários, almanaques além de análise documental de e demais formas de publicação (GIL, A. C. 2002). Marconi e Lakatos (2017) essa pesquisa pode ser caracterizada por ser de fontes secundárias abrangendo assim todas as formas de publicações já públicas da área de interesse podendo haver fontes da: Imprensa Escrita, através de jornais e revistas; Meios Audiovisuais através de rádios, filmes e documentários; Material Cartográfico como utilização de mapas de relevo, hidrográficos, divisão política e administrativa, de densidade, etnográficos ou gráficos e pirâmides de população ou gráficos de PIB Produto Interno Bruto; ou por Publicações estas sendo através de livros, teses, mamografias, artigos de forma eletrônica ou impressa, além de metodologias de “apresentação dos dados, são utilizados cinco procedimentos: série estatística, representação escrita, representação semitabular, tabelas e gráficos”. Deste modo a pesquisa utilizará os indicadores do IBEU para analisar quais resultados Foz do Iguaçu – PR apresenta após a emigração populacional iniciada em 2007.

No primeiro capítulo será abordado a contextualização do Urbanismo no Brasil, Planejamento Urbano, Áreas Irregulares e Densidade Demográfica. No segundo capítulo será abordado a cidades de Capanema – PR e Uruguaiana – RS que apresentaram diminuição populacional além de contextualizar o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU. Já no terceiro capítulo será abordado a contextualização histórica do Oeste paranaense e de Foz do Iguaçu, além de especificar os fatores econômicos, sociais e migratórios da cidade. Resultando assim no quarto capítulo a análise fatores econômicos, sociais e migratórios de Foz do Iguaçu – PR.

1 FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo tem por finalidade contextualizar e fundamentar a base teórica que norteará a presente pesquisa, tendo como desdobramentos os conceitos e teorias sobre: urbanismo no Brasil, planejamento urbano, áreas irregulares e densidade demográfica. Este embasamento possibilitará o prosseguimento da análise das influências da emigração urbana.

1.1 URBANISMO NO BRASIL

O Urbanismo no Brasil iniciou-se logo após a chegada dos portugueses no litoral brasileiro que em poucos anos iniciaram os planos de colonização, com as capitanias hereditárias e posteriormente com o Governo Geral, no qual Portugal mandava ao Brasil os primeiros técnicos em arquitetura militar a fim de planejar um sistema de defesa e de organização espacial. No final do século XIX e meados do século XX o Brasil começou a enfrentar epidemias principalmente no Rio de Janeiro, no qual inicia-se novamente a preocupação com a organização espacial das cidades, neste período surge também os planos de melhoramento e embelezamento que influenciaram a implantação de formas de controle do espaço urbano, empregados até o início do século XXI (EXPOENTE, a. 2012).

Desta maneira Expoente, a. (2012), divide este período dos anos de 1500 a meados do século XXI em três importantes fases: primeira, Período Pré-Colonial que se inicia no ano de 1500 e se estende ao ano de 1530; segundo, Período Colonial inicia-se em 1500 e se prolonga até meados do século XIX e terceiro, Períodos Urbanísticos com início em meados do século XIX até final do século XX.

1.1.1 Período Pré-Colonial

Após a chegada de Pedro Álvares Cabral nas futuras terras brasileiras iniciou, para Expoente (2012), um período titulado como Pré-Colonial dos anos de 1500 a 1530, pois antecedia a colonização das novas terras portuguesas. Durante esse período, Portugal enviava ao Brasil expedições com objetivo de reconhecer o território e elencar as potencialidades da região, que por sua vez, encontraram na Mata Atlântica o pau-brasil, que já era utilizada na Europa para a fabricação de corantes para tecidos e móveis (EXPOENTE, a. 2012).

Durante este período Pré-Colonial, os portugueses limitaram-se de forma exclusiva a exploração do pau-brasil (*Caesalpina echinata*), que era conhecido pelos nativos da região como ibirapitanga ou arabutã, essa exploração da colônia deu origem a pequenas construções como entrepostos e os primeiros agrupamentos de portugueses (EXPOENTE, a. 2012, e REIS, N. G, 2000). Com estes agrupamentos, Expoente, a. (2012) afirma que o governo português foi forçado a enviar para terras brasileiras expedições guarda-costas. Essas tinham por objetivo combater o contrabando de madeira pelos piratas franceses, que por sua vez não reconheciam o Tratado de Tordesilhas.

1.1.2 Período Colonial

O Período Colonial se inicia quando os portugueses enviaram para o Brasil a expedição de Martim Afonso de Souza, que por sua vez, fundou vilas, organizou o primeiro engenho de açúcar e trouxe as primeiras cabeças de gado a região de São Vicente; e ao enviar novas informações ao governo português, inicia na quarta década um novo sistema de colonização, com as chamadas, capitanias hereditárias, estas, que já havia sido implantado na ocupação de ilhas do Atlântico (EXPOENTE, a. 2012, e REIS, N. G, 2000). Os autores acrescentam que o território brasileiro foi dividido em quatorze capitanias hereditárias das quais foram entregues a doze donatários, estes por sua vez cabia o compromisso de instalar vilas e de fazer concessões das demais terras rurais, para que se consolidasse a colonização portuguesa, direitos assegurados aos donatários pela Carta de Doação, porém apenas duas capitanias prosperaram: Pernambuco ou Nova Lusitânia e São Vicente; pois a Metrópole estimulava, porém não participava dos esforço que ficará sobre o interesse dos colonos e donatários locais.

Com o presente fracasso da maioria das capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa por meio de Dom João III resolve em 1548 a 1549 promover a criação do Governo Geral, a quem caberia auxiliar e conceder favores as capitanias; este Governo Geral teve como sede a Cidade de Salvador posteriormente outra sede no Rio de Janeiro como parte do programa de expulsão dos franceses (EXPOENTE, a. 2012 e REIS, N. G, 2000).

Para Reis (2000) os primeiros indícios de uma rede urbana instalada no Brasil se teve por grandes transformações da economia rural, esta que se manteve até meados do século XVIII quando se altera as estruturas, possibilitando a consolidação da economia urbana, provocando assim o aparecimento dos ofícios mecânicos e do pequeno comércio.

Na primeira metade do século XVI os espanhóis começaram a encontrar jazidas de ouro e prata em suas colônias, porém no Brasil a procura só começou a dar resultados no final do século XVII, quando descobre-se ouro no atual estados de Goiás e de Minas Gerais; sua rentabilidade trouxe um enorme contingente humano de Portugal e do litoral nordestino a Minas Gerais, após centenas de milhares de pessoas chegarem a região a Coroa começou a limitar a emigração para o Brasil (EXPOENTE, a. 2012e REIS, N. G, 2000). Devido ao sucesso e valorização da região de Minas Gerais com a extração de ouro, a Coroa transfere a sede administrativa da Colônia que estava em Salvador para o Rio de Janeiro, cujo havia o porto que escoava tais produções, que acarretou o incentivo a diversificação econômica através de agricultores, artesãos, comerciantes, tropeiros, boticários (antigos farmacêuticos) alfaiates, advogados etc (EXPOENTE, a. 2012).

Ainda durante a metade do século XVII os Governadores Gerais recebem ordens da Metrópole para a criação de vilas, esta que, passam a reunir a população dispersa em novas vilas. As cidades fundadas pela administração portuguesa já contavam com o auxílio técnico de mestres consultores e arquitetos ou engenheiros-militares, semelhantemente ao processo de urbanização renascentista aplicado na Índia; formando assim, duas formas de vilas: uma criada nas capitanias de forma espontânea e outra fundada pela Coroa com padrões técnicos mais elaborados; a fim de manter esses padrões no final do século XVII e início do XVIII foi instalado várias aulas de Arquitetura Militar, destinadas a garantir níveis adequados de qualidade das obras urbanísticas e das construções militares de defesa (REIS, N. G, 2000). “No Brasil, a Carta Régia de 1699 instituiu o Ensino formal de Arquitetura Militar nas capitanias hereditárias, que continham engenheiros. O 1º a ser nomeado em 1738 foi o Eng. José Fernandes Pinto Alpoim, responsável pelos cursos de Artilharia e de Fortificações” (FEITOSA, M. J. G, 2016, p 1).

No livro *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*, Reis (2000) descreve o interesse do governo português sobre a organização espacial da colônia, ou seja, o planejamento das cidades brasileiras, em específico a cidade de Salvador, na qual a Metrópole solicitava em 1716 uma maquete feita de barro da organização espacial da cidade a Manuel de Almeida. Em 1718 o Desembargador provedor-mor da Fazenda Real mandou entregar a Manuel de Almeida dinheiro para que ele pintasse a planta de barro com tintas e óleos, custos estes subsidiados pela Fazenda Real, após concluída a maquete foi enviada por navios até Portugal, tendo como recomendações aos Mestres do navio que a planta fosse transportada com cuidados, para que chegasse lá com mínimo de danos possível (REIS, N. G, 2000).

Segundo Reis (2000) a quantidade de habitantes das vilas variava, estimando assim que no ano de 1583 a cidade de Ilhéus tinha umas quarenta casas, em Santos umas oitenta, cento e

vinde em São Paulo e em Salvador umas três mil pessoas, no qual passaria até o início do século XVIII para dez mil e poderia chegar a mais de vinte mil no início do século XIX. Desta forma observa-se que as cidades já começam a apresentar crescimento demográfico elevado principalmente em Salvador.

1.1.3 Períodos Urbanísticos

Leme (1999) diz que no final do século XIX, até meados de 1960, se configuram duas linhas de urbanismo: uma que previa os planos de melhoramento posteriormente seriam para a área urbana aglomeradas, já na década de 1970, previa os planos diretores de desenvolvimento integrado; a outra linha se caracteriza por ter origem no movimento moderno difundido no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, tendo como ressonância principal a construção da capital brasileira, Brasília. Além das duas linhas esse período entre o final do século XIX e meados de 1960 apresentam 3 períodos:

O Primeiro Período, 1895 a 1930; caracteriza-se pelas propostas e realizações de melhoramentos em áreas localizadas da cidade com a construção de ferrovias e obras de infraestrutura, estas que pressionadas pelas epidemias tiveram prioridade, com as obras de implantação de redes de água e de esgoto. Destaca-se neste período Saturino de Brito, Theodoro Sampaio e Lourenço Baeta Neves, que também estabeleceram ênfase nos projetos e ajardinamentos de parques de praças, sistema viário e na elaboração de legislações urbanísticas (LEME, M. S, 1999). Maricato (2013) acrescenta que neste período foi realizado obras de saneamento básico com o objetivo de eliminação das epidemias e de embelezamento paisagístico nas áreas que foram implantadas as bases legais do mercado imobiliário.

O Segundo Período, 1930 a 1950; é caracterizado pela elaboração de planos que propõe articulações entre os bairros através de vias de transporte, formula-se neste período também algumas propostas de zoneamento e a organização pública para a área de planejamento urbano Leme (1999) acrescenta que em meados anos de 1930 observou-se uma expansão da atuação de profissionais urbanísticos na maioria das cidades brasileiras devido a nova geração de urbanistas, formados em escolas de engenharia e arquitetura que após contratados pelas prefeituras detinham por objetivo a implantação do departamentos de urbanismo.

O Terceiro Período, 1950 a 1964; inicia-se os planos regionais devido ao aumento da imigração do campo para a cidade e com o aumento de áreas conturbadas (LEME, M, S. 1999). Para Maricato (2013,) o Brasil como os demais países da América Latina apresentou grandes

aumentos populacionais, em 1940 estimava-se uma população urbana de 26,3%, já em 2000 esse número saltou para 81,2%, um aumento aproximado de 125 milhões de pessoas em apenas sessenta anos, Maricato acrescenta que na última década aumentou cerca de 22.718.968 pessoas, isso corresponde à metade da poluição do Canadá.

1.2 PLANEJAMENTO URBANO

O território municipal pode ser formado por dois espaços: o rural e o urbano, a área rural é caracterizada por abrigar em sua maioria o setor primário da produção como por exemplo a agricultura e a pecuária, já a área urbana é formada a partir da sede de um distrito, local aonde apresenta maiores densidades populacionais além de maiores áreas construídas, sendo conhecida como “cidades” (CASSILHA, CASSILHA, 2009). Expoente, b. (2012) complementa que no Brasil como nos demais países latino-americanos, é considerado cidades todas as sedes administrativas dos municípios.

Farret (et al, 1985) diz que o planejamento urbano pode ser compreendido como uma tentativa sistemática, de prever, consequentemente propondo ações para controlar o desenvolvimento físico da cidade, no qual poderá resultar em leis ou padrões como uso e ocupação do solo, zoneamento, perímetro urbano dentre outras formas. Desta forma o planejamento urbano deve anteceder o crescimento pois caso contrário veremos os problemas causados pela falta de planejamento.

Observa-se que no período colonial já havia alguns princípios de planejamento urbano através do uso do solo, segundo Reis (2000) a parte central da cidade era formada por terrenos, que eram distribuídos aos moradores que afirmassem o compromisso em firmarem suas moradias ali, onde por sua vez só pagariam um tributo à Câmara chamado “fôro¹”, pois mesmo havendo a posse não havia propriedade, já ao redor da área central havia alguns conventos e havia espaços com a finalidade de expansão da vila, esta área era denominada “rocio²”, porém enquanto não fosse utilizado serviria para abrigar pequenas propriedades rurais que atendessem as necessidades da vila bem como local para recolhimento de alimentos para os animais e de lenha para a cidade.

¹ Fôro se refere a uma taxa (imposto) que os moradores pagavam a Câmara, como se fosse um aluguel.

² Rocio se refere as atuais chácaras próximas as cidades, pois podem ser áreas para expansão urbana.

Reis (2000) complementa dizendo que no final do século XVIII as cidades maiores como Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e Belém já estavam começando a enfrentar dificuldades de expansão sendo necessário algumas adaptações a diferentes topografias.

As ruas que inicialmente eram vistas como local de passagem começam a ganhar características de circulações pois forneciam acesso das pessoas até as praças, estas que ganharam grande focalização urbanística, pois na sua maioria apresentavam atividades de interesse comum, “As casas eram construídas sobre o alinhamento dos terrenos, sobre a rua e sobre as divisas laterais. Encostavam-se umas às outras e seus telhados lançavam as águas da chuva sobre as ruas e em direção aos quintais” (REIS, N. G, 2000, p. 150), sendo este uma forma de planejamento sobre a cidade.

Segundo Souza (2004) em países cuja cultura de planejamento é consolidada, os planejadores urbanos agregam as mais diferenciadas profissões, não sendo composta exclusivamente por arquitetos, mas sim por especialistas em direito urbano dentre outras profissões, porém define que o arquiteto-urbanista é o profissional que detém a formação técnica para ressaltar a importância das: dimensões estéticas, econômicas, políticas e culturais organizando assim espaços agradáveis com infraestrutura necessária para seus usuários.

O planejamento das cidades para (PAGNONCELLI, D. AUMOND, C.W. 2004), deve estar inserido em um sistema interligado de nível global, nacional, regional, microrregional e local, pois deverá estudar a realidade do município em todas as áreas afim de atingir seu objetivo final, englobando a este planejamento os objetivos socioeconômicos (dinâmica populacional, desenvolvimento econômico etc.) físico-territoriais (leis de uso e ocupação do solo, sistema viário e demais infraestruturas) administrativos e institucionais (administração de recursos financeiros e naturais e das instituições governamentais).

1.2.1 Urbanismo e Política Urbana

As primeiras cidades apareceram por volta de 3500 anos a.C., porém só iniciou o processo de urbanização moderno em meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, primeiramente na Europa e depois pelo restante do mundo (EXPOENTE, b. 2012). Desde então criou-se a urbanização.

A palavra urbanização pode ser compreendida por duas formas: a primeira sendo resultado de um aumento populacional crescente no meio urbano comparado com o rural. “Por exemplo: no Brasil, em 1960, 56% da população era rural e 44%, urbana; em 2000, a população rural era

de 19%, enquanto a urbana cresceu para 81%” apresentando assim um aumento da urbanização demográfica” (EXPOENTE, b. 2012, p.13). Já a segunda é caracterizada pela expansão do modo de vida urbano como por exemplo a instalação de equipamentos urbanos e comunitários, sistemas de infraestruturas e demais serviços públicos.

O processo de urbanização nos países desenvolvidos iniciou logo após a Revolução Industrial, como exemplo temos a cidades de Londres, Paris e Berlim que após processos intensos de urbanização ainda no século XIX, já contavam com populações superiores a 1 milhão. Já o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos este processo é bem mais recente, iniciado a partir da Segunda Guerra Mundial, porém de forma mais intensa e traumática, pois como o desenvolvimento industrial não acompanhou o ritmo da população criou-se lugares praticamente insuportáveis devido ao inchaço doentio, com doenças, fome, aumento da marginalização dentre outros (EXPOENTE, b. 2012).

A Política Urbana foi instaurada em 5 de outubro de 1988, com os Art. 182 e 183 da Constituição Federal, repassada a regulamentação para Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, em que define no Art. 2º como:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar (ESTATUTO DA CIDADE, artigo 2º, Lei nº 10.257/2001).

Pinto (2005), elenca como atribuições do urbanista a distribuição espacial e territorial de todas as atividades dentro de um território, de forma que nenhuma implique negativamente sobre a outra, como é o caso, de uma região de industrial ao lado de um conjunto habitacional ou de casas noturnas ao lado de residências, esta proximidade mesmo sendo útil é incomoda as residências, cabendo assim ao urbanista a distribuição de forma equilibrada de áreas de serviços,

moradias, lazer, circulação, racionalizando de forma consciente o uso do solo e de infraestruturas necessárias.

Desta forma Pinto (2005) resume a política urbana em um conjunto de ações, já o urbanismo como o conjunto de técnicas, que pode aplicar as políticas urbanas para que seja empregado na prática suas técnicas, como é o caso das leis do plano diretor, uso e ocupação do solo, zoneamento dentre outros, que controlam a organização espacial do território.

1.2.2 Plano Diretor Municipal - PDM

Uma das formas de atuação do planejamento urbano é a elaboração de Planos Diretores, que devem ser realizados com a participação popular, apresentando como prioridade a organização do crescimento e do desenvolvimento do município tanto da área urbana quanto rural, contendo diretrizes, estratégias e ações, que devem orientar as administrações públicas, sobre os investimentos necessários para que o município possa estar se desenvolvendo e crescendo de forma planejada e organizada. (CASSILHA, CASSILHA, 2009; MARICATO. E. 2013).

A Constituição Federal promulgado em 5 de outubro de 1988 determina obrigatoriamente que todos os municípios com mais de 20.000 habitantes elaborem e implantem o Plano Diretor Municipal - PDM, porém que veio a calhar com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, no qual impôs prazo de 5 anos para que todos os municípios inadimplentes se regularizassem (BRASIL, 1988).

Outra forma de atuação do planejamento urbano são as Leis de Zoneamento, na qual Marconi (2013, p.114) e Cassilha G. e Cassilha A. (2009) que definem como otimizador e regulador dos usos das diversas atividades na área urbana, além de garantir a preservação de fundos de vale e de áreas de preservação permanentes, coordenar áreas com prioridade no adensamento populacional, comercial, industrial ou de serviço, além de buscar locais para instalações de habitação social respeitando e reduzindo impactos ao meio ambiente, a sociedade e os espaços construídos.

Para Cassilhas G. e Cassilhas A. (2009) a Lei de Zoneamento deve conter três tipos de documentos essenciais: os descritivos, as tabelas e/ou parâmetros e mapas explicativos. As zonas ou setores (central, residencial, de serviço, industrial, uso misto, áreas de preservação ambiental e setores especiais) que serão responsáveis por manter a organização espacial da cidade de modo que após observada as concessões de alvarás de construção as atividades sejam classificadas

como: 1. Permitidas, 2. Toleradas, 3. Permissíveis, 4. Proibidas; que o uso do solo seja classificado como: 1. Habitacional, 2. Comunitário, 3. Comercial e Serviço, 4. Industrial, 5. Conservação, 6. Preservação; sendo ainda classificadas pelo seu porte como: 1. Pequeno porte, 2. Médio porte, 3. Grande porte, de natureza: 1. Perigosa, 2. Incômodas, 3. Nocivas, 4. Adequadas, 5. De impacto, cabendo ainda a cada zona ou setor definir alguns parâmetros de ocupação como: 1. Taxa de ocupação (TO), 2. Coeficiente de aproveitamento (CA), 3. Altura, 4. Recuo (frontal) 5. Afastamento (lateral), 6. Taxa de permeabilidade (TP) 7. Dimensão do lote (CASSILHA, G.A; CASSILHA, S. A, 2009).

Os primeiros Códigos de Posturas foram das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ainda no século XIX, já no final do século XIX ambos códigos de posturas já proibiam a construção de cortiços nas áreas urbanas centrais, além de determinarem recuos mínimos para as construções que inviabilizava construções em lotes pequenos e baratos (FERREIRA, J. S. W. 2005).

1.2.3 Planejamento e Gestão

O termo gestão, há muitos anos vem sendo associado a administração de empresas, porém nos últimos anos está apresentando crescimento de sua popularidade com os demais campos, no Brasil a partir dos anos 1980 a palavra gestão está sendo associada a outras expressões como: gestão urbana, gestão territorial, gestão ambiental, gestão educacional, gestão de ciências e tecnologias dentro outras (SOUZA, M. L. 2004). Souza (2004) acrescenta que a interpretação da palavra “Planejamento” reflete a algo no futuro, uma ação planejada com antecedência ao acontecimento, já a palavra “gestão” define o controle do momento, como é o caso de gestões políticas, em que um candidato é eleito a fazer gestão de uma localidade por uma gestão de quatro anos.

A gestão urbana deve utilizar todos os instrumentos disponíveis em especial as legislações urbanísticas para que consigam assegurar o bom desempenho da cidade, desempenho este, que deve ser oferecido tanto aos agentes públicos, privados e comunitários de forma harmoniosa com eficiência e eficácia (CASSILHA, G.A; CASSILHA, S. A, 2009).

Desta forma o planejamento pode ser um instrumento da gestão futura, precavendo ou preparando para algo no futuro.

1.3 ÁREAS IRREGULARES

Até 1822 o governo português detinha sobre seu poder todas e quaisquer propriedades na colônia, nas quais distribuía de acordo com sua vontade, primeiramente distribuiu como capitanias hereditárias, que ao fracassarem, o governo português criou o Governo Geral, este distribuiu as terras por meio das sesmarias. O sistema das sesmarias perpetuou até 1822 quando o governo cessa qualquer distribuição de terra, no qual se dá origem a um novo período sem legislações que regularizassem as ocupações (SOUZA, A. A. 2013).

Neste período o que prevalecia para aquisição de novas terras era o poder de força das armas, ou seja, durante este período qualquer fazendeiro poderia invadir outras terras, quem tivesse maior poder de armamento ficaria com as terras, seguindo assim o princípio de que as terras devem permanecer ao mais fortes (SOUZA, A. A. 2013).

Em 18 de setembro de 1850 é promulgado a “Lei de Terra”, que tinha como objetivo regularizar todas as terras acabando assim com este vácuo legal e proibindo a aquisição de terras devolutas a não ser pelo título de compra, está que beneficiava os posseiros de terras pois quem ocupava as terras adquiria o Direito Colonial ou posse útil da terra. A partir desta lei iniciou um grande processo de imigração estrangeira europeia para colonizar as terras devolutas no Brasil, conforme previa a Lei de Terras (SOUZA, A. A. 2013), Ferreira (2005) complementa que após a promulgação desta Lei as terras que antes não tinham valor agora se transformaram em mercadorias.

Maricato (2013) e Ferreira (2005) comentam sobre as reformas urbanas ocorridas entre o final do século XIX início do século XX nas cidades de Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro para implantação do saneamento ambiental e embelezamento processos que ocasionaram a valorização fundiária e imobiliária, consequentemente resultou em uma exclusão da população urbana mais pobre, que sem ter para onde ir, acabaram utilizando os morros e franjas das cidades. Como exemplo temos a reforma urbana no Rio de Janeiro, iniciada com a autorização do então presidente do Brasil Rodrigues Alves ao prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos, na qual deteve os poderes absolutos e até inconstitucionais para promover uma intensa reforma urbana a fim de acabar com as epidemias e promover a cidade. Neste período foram abertas novas avenidas como a Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, além da modernização do porto, criação de aterros, criação de espaços naturais bem como a expulsão da classe pobre do centro da cidade para áreas bem afastadas (FERREIRA, J. S. W. 2005. Aguardar livro).

Já durante os anos de 1940 a 1980, e com aumento do Produto Interno Bruto - PIB superior a 7% ao ano, melhorou a qualidade de vida para quem abandonou o campo para ir à cidade; porém com a recessão durante os anos de 1980 a 1980 (período conhecido como década perdida), o PIB caiu e as taxas de crescimento demográfico foram aumentando, ampliando assim a desigualdade social, vista até hoje (MARICATO, E. 2013).

Durante essas “décadas perdidas” a concentração da pobreza urbana assumiu números impressionantes, sendo agravados por enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, desmatamento, reincidência de epidemias etc., Porém a tragédia urbana brasileira não pode ser definida como uma consequência somente das décadas perdidas, ela apenas contribuiu para que ela aconteça, pois sua gênese parte de 1850 com a privatização das terras e em 1888 com a assinatura da Lei Aurea na extinção da escravidão no Brasil, consequentemente os ex-escravos não tinham casas e começaram a morar de forma ilegal (MARICATO, E. 2013).

Segundo Maricato (2013) após a saída de grande parte da população das áreas embelezadas e saneadas e instaladas nos morros e franjas da cidade de forma ilegal cria-se as chamadas favelas, essas que segundo o IBGE de 2000 previu um aumento durante os anos de 1991 a 2000 de aproximadamente 22% o número de favelas, este dado piora quando se consulta o LABHAB/FAUUSP que ao reunir vários dados estimados indicam a porcentagem da população residente em favelas ou áreas irregulares em alguns municípios como: “Rio de Janeiro, 20%; São Paulo, 22%; Belo Horizonte, 20%; Goiânia, 13,3%; Salvador, 30%; Recife, 46%; Fortaleza, 31%”, Ferreira (2005, p.1) mostra resultados parecidos, em que nas metrópoles brasileiras cerca de 40 a 50% da sua população vive na informalidade, nos quais 15 a 20% reside em favelas e que no Recife esse número supera os 40%. Ferreira (2005), acrescenta que a gênese pode ter sido uma consequência do acesso a propriedade da terra.

A expansão ou renovação urbana são grandes responsáveis pelo aumento da densidade populacional em áreas irregulares, pois após as intervenções cria-se uma gentrificação na área, elevando a custos altíssimos de manutenção, transporte coletivo, etc, como registrado na cidade de Brasília, que devido ao rigoroso controle demográfico sobre o Plano Piloto, levou muitas pessoas a irem se instalando nas periferias da cidade, formando assim as cidades satélites (ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998)

1.4 DENSIDADE URBANA

É importante fazer uma alusão a densidade, do ponto de vista de seus três conceitos: densidade demográfica - populacional e urbana, densidade construída ou edificada e densidade habitacional, conforme definições no Quadro 01 (CASSILHA, CASSILHA, 2009; ACIOLY e DAVIDSON, 1998; ALVES, 2011).

Quadro 01: Definição dos tipos de densidade.

Densidade demográfica, populacional ou urbana	Número total de habitantes dividido pela área urbana usada como referência. É geralmente expressa em habitantes por hectare (habitantes/ha), todavia em áreas mais amplas pode ser utilizada a medida em habitantes por quilômetro quadrado (habitantes/Km ²).
Densidade construída ou edificada	Expressa o total de metros quadrados da edificação por hectare, ou seja, o total da área construída existente dentro da poligonal do assentamento ou bairro, medida em m ² por hectare. Assim, se utiliza toda a área do assentamento urbano.
Densidade habitacional	Esta medida expressa o número total de fogos/residências habitacionais existentes ou previstos em uma determinada área urbana. É representada em unidades habitacionais por hectare (unidades habitacionais/ha ou habitações/ha).

Fonte: ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998; ALVES, S. R. 2011; DGOTDU, 2000 e BARROS, N. S. 2014. Organizado pelo autor (2018).

Entretanto a Lei Federal nº 9785/99, determina que cada município brasileiro exija a destinação de uma área previamente dimensionada por meio do Plano Diretor Municipal para utilização poder público por meio da implantação do sistema viário, praças e demais equipamentos urbanos, área que até 1999 era dimensionada em 35% da gleba. Deste modo a densidade habitacional pode ser dada em duas categorias: densidade líquida e bruta, conforme descritas no Quadro 02.

Quadro 02: Definição de Densidade Líquida e Bruta

Densidade Líquida	Expressa o número de moradores ou habitantes da região dividido pela área de total ocupação residencial em hectares (de modo que não é adicionado áreas referente ao sistema viário, escolas, hospitais, praças etc.). Expressando assim um valor médio de habitantes por hectares de residências.
Densidade Bruta	Está baseada na quantidade de habitantes e moradores de uma determinada localidade dividido pela área total em hectares da região analisa (deste modo a área por qual se divide inclui todo o sistema viário, calçadas, escolas, praças, hospitais etc). Resultando assim um valor médio de habitantes por hectare total da região analisada. Esta forma de densidade é uma das mais utilizadas principalmente quando se trata de áreas muito grandes.

Fonte: ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998; ALVES, S. R. 2011; DGOTDU, 2000 e BARROS, N. S. 2014. Organizada pelo autor (2018).

Desta forma Cassilhas, Cassilhas (2009) apresentam um exemplo prático de como diferenciar a densidade líquida da densidade bruta conforme vista anteriormente.

Para se ter uma idéia da densidade urbana, podemos ter como base um hectare, que vem a ser igual a 10 mil metros quadrados. Uma quadra na cidade, normalmente possui essas dimensões. Se pensarmos que teremos que subtrair 35% para as áreas públicas, restará uma área líquida de 6,5 mil metros quadrados a ser loteada. Dividindo-se essa área pela área do lote mínimo previsto para o local, teremos o número de lotes na quadra (para efeito de exemplo vamos utilizar um lote mínimo de 250 metros quadrados, então teremos na quadra 26 lotes). Se para cada lote tivermos uma habitação unifamiliar (utilizamos atualmente 3,3 pessoas por família, de acordo com o IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2003), teremos em cada lote 3,3 pessoas e na quadra 85,8 pessoas, o que resultaria em 85,8 habitantes por hectare (85,8hab/há), como densidade líquida. O cálculo para densidade bruta resultaria em 55,77hab/há (CASSILHA, CASSILHA, 2009, p. 67).

Com isto a densidade se torna um dos mais importantes indicadores e parâmetros de controle para o planejamento urbano, pois consiste na representação populacional sobre uma área específica, com isto é possível realizar vários estudos sobre, análise e viabilidade de obras de infraestrutura, controle populacional, pré-dimensionamento de áreas de lazer dentre outras (ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998).

De acordo com Devecchi (2014) as primeiras manifestações sobre uma possível equação de aglomeração urbana surgiram no início do século XX com Ebenezer Howard, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright. As Cidades Jardins desenvolvida por Howard conciliavam os benefícios

da cidade com os do campo, com uma projeção média de densidade líquida de 50 habitantes por hectare. Wright por sua vez ao elaborar o Broadacre City apostou em uma densidade mais baixa, aproximadamente 10 habitantes por hectare. Opondo-se a Howard e Wright, Le Corbusier propõe uma densidade média de aproximadamente 3.000 habitantes, isto é, o outro extremo, presente no projeto Unites d' habitation (DEVECCHI, A. M. 2014). Desta forma o Quadro 03 apresenta as vantagens e desvantagens da densidade alta e baixa.

Quadro 03: Vantagens e desvantagens da densidade populacional

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA BAIXA E ALTA DENSIDADE	
VANTAGENS DA ALTA DENSIDADE	DESVANTAGENS DA ALTA DENSIDADE
• Eficiência na oferta de infraestruturas • Uso eficiente da terra • Vitalidade urbana • Geração de receitas • Maior controle social • Economias de escala • Facilidade de acesso aos consumidores • Maior acessibilidade a emprego	• Criminalidade • Sobrecarga nas Infraestruturas • Poluição • Maiores riscos de degradação ambiental • Congestionamento e saturação do espaço
VANTAGENS DA BAIXA DENSIDADE	DESVANTAGENS DA BAIXA DENSIDADE
• Menos poluição • Mais silêncio e tranquilidade • Possibilidades de saneamento de baixo custo	• Precária acessibilidade aos serviços públicos • Altos custos para oferta e manutenção dos serviços • Pouca interação e controle social • Altos custos e precariedade do transporte público • Excesso de consumo de terra urbana e infraestruturas

FONTE: ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998.Organizada pelo autor (2018)

Deste modo Maricato (2013) diz que o Brasil apresentou mudanças urbanísticas após os anos 80, nas cidades de médio porte (população de 100 mil a 500 mil) que por sua vez começam a apresentar taxas de crescimento demográfico de 4,8% contra 1,3% das demais cidades, outro fator que interfere nesta dinâmica é a diminuição da natalidade, devido a taxa cair de 4,4 filhos para 2,2 filhos, compondo assim um aumento populacional na densidade urbana.

Acioly e Davidson (1998, p. 23) afirma que “as cidade norte-americanas são típico da suburbanização de baixa densidade e crescimento linear. Los Angeles talvez seja o exemplo mais marcante”; apesar disso, as densidades altas são significantes para o bom desempenho da economia das cidades, pois possui maior acessibilidade dos trabalhadores as empresas que, por

sua vez recebem maior produtividade com menos tempo, outra questão importante das altas densidades é o baixo custo de manutenção dos serviços e infraestruturas fornecidos devido ao grande contingente de pessoas.

Por outro lado a baixa densidade apresenta como pontos positivos o uso de sistemas de esgotamento “in-loco”, diminuindo assim os impactos ambientais, porém apresenta como pontos negativos o alto custo de manutenção de serviços e das infraestruturas devido aos poucos usuários tornando-se assim mais caras, a apresenta também preocupações com a segurança e a integridade de seus moradores principalmente em bairros com amplos espaços verdes, grandes lotes, considerando-os perigosos ao invés de vantajosos e por fim não se aplica conceitos de caminhabilidade devido a maiores distancias entre os serviços fornecidos, conforme abordado no Quadro 04 a seguir (ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998).

Quadro 04: Características da Baixa e Alta Densidade Habitacional

CARACTERÍSTICAS DA BAIXA E ALTA DENSIDADE HABITACIONAL	
CARACTERÍSTICAS POSITIVAS BAIXA DENSIDADE	CARACTERÍSTICAS POSITIVAS ALTA DENSIDADE
• Menos impactos ambientais • Sistema de esgotamento in-loco • Menos poluição • Possui mais silencia e tranquilidade	• Aplica o conceito de caminhabilidade • Pouco tempo em deslocamentos • Baixo custo de manutenção nas infraestruturas • Vitalidade urbana
CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS BAIXA DENSIDADE	CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS ALTA DENSIDADE
• Alto custo de manutenção das infraestruturas • Preocupação com segurança • Não se aplica o conceito de caminhabilidade • Excesso de consumo de terra urbana	• Sobrecarga das infraestruturas • Poluição • Congestionamento e saturação do sistema viário • Maiores riscos de impactos ambientais

FONTE: ACIOLY, A. DAVIDSON, F. 1998. Elaborada pelo autor (2018)

Ao finalizar Jacobs (2014, p. 145) comenta sobre uma pergunta feita a Abraham Lincoln. “Quais densidades habitacionais urbanas seriam adequadas? A resposta é parecida com a que Lincoln deu à pergunta: “Qual deve ser o comprimento das pernas de um homem?” Suficiente para alcançar o chão, respondeu Lincoln”. Deste modo Acioly e Davidson (1998, p. 15) diz que se perguntassem “a um planejador indiano o que é que ele pensa a respeito de um lote de 100m² para famílias de baixa renda e ele responderá que esse tamanho de lote é demasiadamente grande e, portanto, inacessível financeiramente”. Já se perguntassem a outro planejador residente na África Oriental, ele responderá rapidamente que é uma área muito pequena e inaceitável por parte da população. Vale ressaltar que aqui mesmo no Brasil a Lei Federal nº 6766/79 em seu

Art.4º estabelece que há área mínima de um lote deve ser de 125m². Com isto é possível verificar que a densidade urbana ocupa uma posição central nas discussões sobre planejamento urbano em cidades de todo o mundo (ANDRADE, P. A. 2016). Vale ressaltar a cronologia populacional que o mundo vem apresentando ao decorrer dos anos, conforme Tabela 01.

Tabela 01: Evolução Populacional Mundial do ano 1 - 2100

ANO	POPULAÇÃO
1	250 000 000
1650	500 000 000
1850	1 000 000 000
1950	2 500 000 000
2005	6 500 000 000
2030	8 500 000 000
2050	9 700 000 000
2100	11 000 000 000

Fonte: EXPOENTE, b. 2012. UNRIC, 2015. Organizado pelo autor (2018).

Contudo Expoente b. (2012) afirma que os aspectos demográficos são compostos por um conjunto de dados dentre eles TN – Taxa de Natalidade³, TM – Taxa de Mortalidade⁴, CV – Crescimento Vegetativo ou TC – Taxa de Crescimento⁵, TF – Taxa de Fecundidade⁶, dentre outros como expectativa de vida e migrações⁷. Esses indicadores auxiliam o planejamento de ações sociais, ambientais e econômicas do mundo inteiro. Porém ele acrescenta que normalmente a população de um país é classificada em três faixas etárias: jovem, adulta e idosa. Nestas configurações podem haver pequenas variações com relação a idade de cada faixa, entretanto as mais utilizadas representadas na Tabela 02, em modelo A, B, e C.

³ TN – Taxa de Natalidade é a quantidade do número de nascimentos pela quantidade total da população analisada, na proporção de 1/1000 (EXPOENTE, 2012).

⁴ TM – Taxa de Mortalidade é a quantidade do número de óbitos pela quantidade total da população analisada, na proporção de 1/1000 (EXPOENTE, 2012).

⁵ CV – Crescimento Vegetativo ou TC – Taxa de Crescimento é o saldo resultante da taxa de natalidade menos a taxa de mortalidade, quando há mais nascimentos o resultado é positivo caso contrário é negativo (FRANCISCO, W. C, 2018).

⁶ TF – Taxa de Fecundidade é a quantidade resultada do número de nascimentos dividida pela quantidade de mulheres com idade entre 15 a 45 anos, representando assim o número médio de filhos de cada mulher (EXPOENTE, 2012).

⁷ Expectativa de Vida é o número de anos que um recém-nascido pode esperar viver, sendo analisado em conjunto a situação do país nas condições sociais e médicas (EXPOENTE, 2012).

Tabela 02: Estrutura da População por Faixa Etária

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (CLASSIFICAÇÕES MAIS UTILIZADAS)			
Faixa etária	Intervalos de idade		
	A	B	C
Jovens	0 a 14	0 a 14	0 a 19
Adultos	15 a 59	15 a 64	20 a 59
Idosos	60 e mais	65 e mais	60 e mais

Fonte: EXPOENTE, B. 2012.

Pode-se observar que as faixas etárias mais utilizadas ficam em uma média de 0 a 14 anos para jovens, de 15 a 59 para Adultos e Idosos de 60 e mais. No Brasil vale ressaltar que a Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003, define pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

1.4.1 Migração: Imigração e Emigração

A população humana se apresenta em estado de permanente movimento, definindo-se assim como migrações, que segundo Expoente pode ocorrer de duas maneiras: Emigração – que é a saída de uma população de uma região ou país para viver em outro local. Imigração – que é a entrada de uma população vinda de outras regiões ou países para se instalarem ali. Além disso as migrações são classificadas quanto ao espaço e ao tempo de duração. O espaço pode ser interno/nacionais⁸ ou externo/internacionais⁹, já quanto ao tempo pode ser permanente¹⁰ ou temporário¹¹ (EXPOENTE, b. 2012).

Singer (2002) e Tedesco (2003, p.31) descrevem que a história sempre foi marcada por fenômenos migratórios sejam eles ocasionados há conquistas de territórios (colônias), por fatores culturais (nômades) ou por razões políticas (fugas, exílio etc.) porém a migração não pode ser considerada quando este movimento apresenta curta duração como por exemplo o descolamento de um caminhoneiro que se desloca entre cidades levando suas mercadorias, ou por turistas, empresários; desta forma pergunta-se de quem é a culpa sobre os desequilíbrios populacionais entre países, que acarretam o seu desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Não se explica o fenômeno migração apenas com um fator, mas com vários entre eles os fatores

⁸ Interno/nacionais é quando ocorre o movimento populacional dentro da própria região ou de um país (EXPOENTE, b. 2012). Ex. Morador de São Paulo muda-se para o Rio de Janeiro

⁹ Externo/internacionais é quando ocorre o movimento populacional entre países ou continentes (EXPOENTE, b. 2012). Ex. Morador de São Paulo muda-se para Buenos Aires.

¹⁰ Permanente é quando o deslocamento ocorre de forma efetiva (EXPOENTE, b. 2012). Ex. Morador de São Paulo muda-se para Brasília com o objetivo de morar lá para sempre.

¹¹ Temporário é quando o deslocamento ocorre por um espaço de tempo já determinado (EXPOENTE, b. 2012). Ex. Morador de São Paulo mudou-se para Brasília ou foi trabalhar durante um ano, porém irá retornar a São Paulo após este período.

econômicos (desempregos, valores salariais, custo de vida) políticos (estabilidade política), sociais (educação, saúde) dentre outros que impactam na decisão de induzirem as pessoas a se deslocarem muitas vezes além das fronteiras em busca de melhores condições de trabalho (TEDESCO, J.C. 2003. EXPOENTE, b. 2012).

De acordo com Singer (2002) e Tedesco (2003) após o início do processo de industrialização capitalista muitas regiões começaram a ter aumento da migração do campo para as cidades, uma vez iniciado este processo, a tendência é que se mantenha atraindo pessoas principalmente das regiões próximas que passam a consumir os serviços fornecidos a eles como hospitais, escolas, mercados, comércio varejistas etc. Porém para que esse processo ocorra de forma viável, é imprescindível que as empresas obtenham ao se instalarem em cidades atrativas a população caso contrário a empresa poderá enfrentar problemas de mão de obra etc.

Após a era Vargas, iniciada em 1930, em que o Estado passou a intervir no processo de industrialização através dos subsídios às indústrias, foi possível presenciar um grande aumento da migração rural-urbana, principalmente do eixo Nordeste- Sul durante as décadas de 50 e 60 (FERREIRA, J. S. W. 2005).

Para Rossini (s.d. p. 577) o movimento de população não está associado somente à oferta de empregos, mas sim “Quando a fome, o desemprego, os baixos níveis de saúde, a baixa escolaridade, a precariedade de habitações, etc, problemas sociais de grande relevância, passam a aumentar em grande escala tanto no meio rural como no urbano” desta forma Tedesco (2003) complementa que os processos migratórios além de estarem entrelaçados com os fenômenos econômicos, políticos e sociais está profundamente interligado com o capitalismo que modifica, industrializa processos produtivos, reduzindo o uso de mão de obra, incentivando o acúmulo de capital aumentando a desigualdade social e a aquisição de grandes áreas rurais, dentre outras.

Deste modo Expoente, b. (2012, p. 34) diz que o processo de migração ocorre por haver fatores de repulsão nas regiões de origem e de fatores de atração nas regiões de destino, desta forma ele elencou alguns fatores que estimularam as correntes imigratórias para o Brasil entre os anos de 1820 e 1930: “extensão territorial do país, escassez de população, necessidade de mão de obra na agricultura, suspensão do tráfico de escravos e abolição da escravatura”. Tendo como a região Sul, a mais influenciada por essas correntes imigratórias, como característica pode-se observar a predominância das pequenas propriedades, policultura juntamente com a criação de gado e exploração da terra pela mão de obra familiar.

Após a economia brasileira entrar em uma grande crise durante as décadas de 1970 a 1980, período também conhecido como décadas perdidas, originou e transformou o Brasil em um país

tipicamente emigratório, tendo como principais destinos os Estados Unidos, Japão e Europa, grande maioria foi em busca de melhores condições de vida, dentre eles, cientistas, pesquisadores e demais trabalhadores (EXPOENTE, b. 2012).

1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo conceituar o Urbanismo no Brasil e apresentar as características deste sistema implantado desde o período pré-colonial até os períodos urbanísticos. Já no Planejamento Urbano foi contextualizado o urbanismo, as políticas urbanas e os instrumentos de controle urbano de modo a analisar suas características e técnicas. Nas Áreas Irregulares e de Densidade Urbana foi explanado seus conceitos, contextualizado suas peculiaridades. Desde modo, o próximo capítulo abordará casos em que se observa tais parâmetros conceituados.

2 ABORDAGENS

Este capítulo aborda a contextualização histórica, demográfica e econômica, das cidades de Capanema no Sudoeste do Paraná e Uruguaiana no extremo oeste do Rio Grande do Sul, em que ambas apresentam decréscimo populacional. Contudo é abordado também sobre o Índice de Bem-Estar Urbano - IBEU que analisou quinze regiões metropolitanas do Brasil.

2.1 CAPANEMA - PR

De acordo com Dias (et al, 2007) a região hoje localizada ao Oeste de Santa Catarina e Sudeste do Paraná foi palco de batalhas entre os governos do Brasil e da Argentina, que para chegassem em um acordo os presidentes sul-americanos escolheram o presidente dos E.U.A como árbitro, com isso o Presidente Floriano Peixoto mandou a Washington o diplomata e político Barão do Rio Branco para que entregasse mapas e documentos em defesa brasileira. Somente após apoio do então presidente norte-americano Grover Cleveland há favor do Brasil em 1885, porém sendo oficialmente do Brasil somente em 1895 (LAZIER, H. 1997). Desde então se passaram aproximadamente 50 anos até 1938, quando o governo do então presidente Getúlio Vargas assume o poder e inicia a “Marcha para o Oeste”, esta marcha previa o aumento da colonização da região centro e oeste do país.

Devido ao sucesso da Expedição na região Centro-Oeste do país, o então presidente resolve aumentar a área de abrangência de sua política de colonização e, no mesmo ano, cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), que tem por meta principal a colonização da faixa de 60quilômetros a Leste das fronteiras com a Argentina e Paraguai, em área não inferior a 300 mil hectares (DIAS, C. S. et al, 2007, p. 19).

Desta Maneira, o governo incentivou a vinda de famílias colonizadoras para a região do CANGO através do fornecimento de sementes, assistência medica, ferramentas e de 10 a 20 alqueires por família. Que por sua vez, apresentou em meados dos anos de 1940 a necessidade da criação de um município em meio a Rodovia 25 (atualmente conhecida como Estrada do Colono) no qual receberia como nome de Capanema em homenagem ao geólogo e geógrafo brasileiro, Guilherme Schuch, conhecido como Barão de Capanema (DIAS, C. S. et al, 2007; IBGE, 2018).

Para decidir a melhor localização para a futura cidade foi elaborado um estudo aerofotogramétrico e após escolhido o local, a cidade foi demarcada por agrimensores que desde o início previam futuras áreas de lazer e preservação a Leste da cidade, aonde está alocado duas nascentes de água e seus córregos (DIAS, C. S. et al, 2007).

Segundo o IPARDES (2009) até o ano de 1950 a região sudoeste do Paraná era constituída por apenas três municípios, Clevelândia, Palmas e Mangueirinha. Contudo de 1950 a 2000 esses três municípios deram origem a mais quarenta cidades, contendo hoje quarenta e três municípios a região sudoeste do Paraná. Capanema foi desmembrado de Clevelândia e elevada a município no dia 14 de novembro de 1951, por meio da Lei Estadual nº 790/51, desde então começou a apresentar crescimento populacional principalmente de famílias oriundas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIAS, C. S. et al, 2007).

Imagem 01: Localização do Município de Capanema – PR.



Fonte: SIQUEIRA, S. (2016).

O município de Capanema localiza-se na região Sudeste do Estado do Paraná, com mais 36 municípios, limita-se com os municípios “ao norte – Matelândia, Serranópolis, Céu Azul e Capitão Leônidas Marques, a sul com o município de Planalto, a Leste com Realeza pelo Rio Capanema, a oeste com a República da Argentina através do rio Santo Antônio” conforme Imagem 01 (DIAS, C. S. et al, 2007, p. 25).

2.1.1 Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono

Em 1916 com a passagem do Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont nas Cataratas do Iguaçu ele se comprometeu em reivindicar junto ao governador do Estado do Paraná a desapropriação de uma área de grande exuberância e beleza para a preservação. Três meses depois o então Presidente do Estado do Paraná, Afonso de Camargo aprovou por meio de um Decreto-Lei nº 653, de 28 de julho de 1916 uma desapropriação de 1.008ha de terra conhecidos como Salto de Santa Maria, do então proprietário argentino Jesus Val (IPHAN, 2014). Posteriormente, em 1930 o General Interventor do Paraná, Mario Tourinho aumentou por meio de outro Decreto a área de 1.008ha para 3.000ha, visando construir nestas terras um povoado e um Parque Nacional (DALLO, L. 1998).

Contudo somente em 10 de janeiro de 1939 o Governo Federal do então Presidente da República, Getúlio Vargas criou o Parque Nacional do Iguaçu-PNI através do Decreto-Lei nº 1.035 com 185.262,5ha de terras junto as Cataratas do Iguaçu (IPHAN, 2014).

Segundo Dallo (1998), em meados de 1924 a Coluna Prestes atravessou o Rio Iguaçu e passou por uma trilha primitiva do Caminho do Colono, que mais tarde foi utilizada pelas levas colonizadoras do Território do Iguaçu transformando-a em uma estrada de circulação de passageiros e cargas. A Estrada do Colono tinha aproximadamente 16,70 Km, de comprimento sentido Norte-Sul e 12m de largura, este percurso ligava as cidades de Serranópolis ao Norte com a cidade de Capanema ao Sul. Em 1954 a estrada foi considerada e titulada como Rodovia 25 pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem- DNER (SCHENCKEL, A. L. G, 2010).

Deste modo em meados dos anos 80 o Governo do Paraná teve intenção de asfaltar todo o percurso da Rodovia 25, contudo a Justiça Federal concedeu uma liminar a favor de ambientalistas que solicitavam o fechamento da Rodovia 25 com base na proteção do Parque Nacional do Iguaçu em 12 de setembro de 1986. Neste mesmo mês a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura- UNESCO, incluiu o PNI como a primeira unidade de conservação na Lista dos Sítios do Patrimônio Mundial Natural (SAVI, M. et al. 2015).

Desde seu fechamento a Estrada do Colono é uma polemica na história do município de Capanema pois a antiga Rodovia 25 (Estrada do Colono) cortava o Parque Nacional do Iguaçu, ligando a cidade ao município de Serranópolis do Iguaçu. O trecho de aproximadamente 17 Km encurtava há atual distância de 120 Km, que segundo os pioneiros locais, a estrada era mais antiga que o próprio PNI (DIAS, C. S. et al, 2007). Este descontentamento provocou uma serie de discussões incessantes pela reabertura da rodovia, que resultou em uma invasão no dia 08 de

maio de 1997 na qual reabriram a estrada, que recebeu um macadame de revestimento para possibilitar a circulação média de 500 veículos/dia dos quais eram cobrados um ingresso (SAVI, M. et al. 2015).

Em um acordo os invasores desocuparam a estrada no dia 01 de julho de 1997 para que fosse feito a revisão do Plano de Manejo em um prazo de três meses, mesmo após este período não houve a conclusão do estudo, no qual fez com que a estrada fosse novamente invadida no dia 11 de janeiro de 1998 (SAVI, M. et al. 2015).

No dia 25 de março de 1999 a UNESCO constatou que a estrada do colono era uma fragilidade ambiental que colocava em risco a integridade biológica dos ecossistemas do PNI, desta forma inseriu no dia 30 de novembro de 1999 o PNI na Lista de Sítios em Perigo, com ameaça de retirá-lo da Lista de Patrimônio Mundial. Desta forma em 17 de janeiro de 2000 a Justiça Federal solicitou o fechamento da estrada para uma nova avaliação que resultou no novo Plano de Manejo do Iguaçu que previa a proibição da circulação de veículos, no dia 12 de julho de 2001 mais de 300 homens da Polícia Federal, Exército e Marinha executaram a ordem de fechamento da estrada, destruindo pontes, retirando os invasores e afundando as balsas (SAVI, M. et al. 2015).

2.1.2 Densidade Demográfica e Economia

A partir de 1986 com o fechamento Estrada do Colono, a Cidade de Capanema apresentou grande perda populacional de 28 mil habitantes para 18 mil habitantes (DIAS, C. S. et al, 2007). Em 1991 sua população era de 19.368, em 2000, 18.239 e 18.103 em 2007 (IPARDES, 2009). Confirmando assim a afirmação de DIAS, et al (2007) que o município vem acumulando taxas negativas de crescimento populacional por mais de 20 anos. Para o IPARDES (2009, p. 18) “essas perdas populacionais podem repercutir na arrecadação municipal e na insolência e ociosidade de equipamentos e serviços comunitários, suscitando por parte do poder público readequamentos nas atividades de planejamento e gestão desses municípios”.

Segundo DIAS, et al (2007) os impactos sofridos pelo fechamento da estrada do colono são percebidos até meados de 2007, pois a via atraiu muitos comerciantes (mercados, restaurantes etc) a se instalarem em suas marginais de acesso, porém devido aos acontecimentos as estruturas encontram-se abandonadas bem como assentamentos informais que se instalaram nas proximidades. “As perdas estimadas nos 12 anos de bloqueio foram calculadas em aproximadamente US\$ 4bilhões. O impacto principal foi na agricultura e na agropecuária”

(DIAS, C. S. et al, 2007, p. 120). Já Dallo (1998), apresenta em seu livro “Caminho do Colono: Vida e Progresso” que a cidade teve um prejuízo de 3,8 bilhões deste a interdição da estrada conforme estudo do professor e PHD em economia Ademir Clemente.

Hoje o município tem sua economia baseada na agropecuária através de aves de corte, soja, suínos e bovinos em maior parte (IPARDES, 2009). No Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM o município de Capanema apresentou em 2013 como desenvolvimento moderado estando com 0,6974 acima da mediana brasileira de 0,6605. Contudo observou que o a saúde apresenta-se como regular oposta a educação que está em alto desenvolvimento e a emprego e renda de desenvolvimento moderado (FIRJAN, 2013).

2.2 URUGUAIANA - RS

Localiza-se no extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, as margens do Rio Uruguai na fronteira com a cidade de Paso de Los Libres da Argentina, além de fazer divisa com as cidades Itaqui a norte, Barra do Quaraí e a República Oriental do Uruguai a sul e a leste com a cidade de Alegrete conforme Imagem 02. Uruguaiana é uma das poucas cidades fundadas pelos farrapos em 24 de fevereiro de 1843, devido a Revolução Farroupilha de 1835 a 1845, sendo também uma das poucas áreas urbanas planejadas do Brasil no século XIX (SEMUDE, s.d).

Imagem 02: Localização do Município de Uruguaiana – RS.



Fonte: SIQUEIRA, S. (2016).

A região foi inicialmente habitada por índios “Charrua” que em sua língua “quíchua” significava ribeirão pois eram índios que viviam nas margens dos rios e córregos. Atualmente a cidade possui sítios arqueológicos destes índios “Charrua” que são considerados um dos mais antigos do sul do Brasil. Os padres jesuítas acompanhados por espanhóis foram os primeiros a visitarem estas terras em 1619, onde em 1926 fundaram a Redução de Japeju, a mais populosa da tribo de índios com aproximadamente 8.000 moradores (SEMUDE, s.d). A partir de 1811 foi implantado na região guardas militares de fronteira na porção oeste das capitanias hereditárias, que devido ao fracasso foram posteriormente doadas como sesmarias de 13.000 hectares a padres e tropeiros. A partir desta nova divisão territorial é trazido os primeiros escravos em 1814 para trabalharem nestas áreas.

A Vila Santana do Uruguai como era conhecida foi elevada ao título de cidade em 06 de abril de 1874 e recebendo o nome de Uruguaiana, que é a junção do nome do rio “Uruguai” com o nome “Ana” de Nossa Senhora de Santana a padroeira da Vila (SEMUDE, s.d).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (s.d) a cidade é a mais populosa da região com aproximadamente 130.000 habitantes, dois quais 93% residem nas áreas urbanas contra 7% nas áreas rurais do município. Vale ressaltar que Uruguaiana é a segunda cidade fronteira mais populosa, atrás apenas de Foz do Iguaçu no Paraná. Conforme observado na Tabela 03.

Tabela 03: Estimativa Populacional de 2001 a 2016 de Uruguaiana - RS

Estimativa Populacional de 2001 a 2016 de Uruguaiana - RS	
ANO	POPULAÇÃO
2001	128.703
2002	129.505
2003	130.082
2004	130.477
2005	130.801
2006	130.955
2007	130.941
2008	130.861
2009	130.688
2010	130.356
2011	130.069
2012	129.325
2013	128.580
2014	128.197
2015	127.155
2016	126.660

FONTE: FEE, 2015. Elaborada pelo autor. 2018

Desta forma é possível verificar que a cidade de Uruguaiana apresentou crescimento populacional até o ano de 2007, no qual a partir de então apresenta um decréscimo consecutivo pelos próximos nove anos (SEMUDE, s.d).

Sua economia é baseada no setor de serviços e comércio, que correspondem a 73,86% do PIB, seguido pela agropecuária 17,53% e a indústria 8.61%. É importante salientar que a cidade possui o maior Porto Seco Rodoviário da América Latina, sendo o terceiro no mundo a mesma categoria (SEMUDE, s.d).

2.3 APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO - IBEU

Conforme abordado nos capítulos anteriores o Brasil apresentou um aumento expressivo de sua população urbana, em 1940 o país apresentava um contingente populacional urbano de 26,3% que em 60 anos saltou para 81,2%, um aumento aproximado de 125 milhões de pessoas (MARICATO, E. 2013). Desta maneira começaram a haver preocupações com a qualidade de vida desta população urbana, criando vários índices e indicadores dentre eles o IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano.

O IBEU é um índice que analisa as condições de bem-estar urbano em três escalas: regiões metropolitanas, cidades das regiões metropolitanas e de áreas de ponderação metropolitanas. Contudo aqui abordaremos apenas a escala das quinze regiões metropolitanas analisadas pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT, 2013).

2.3.1 As Cinco Dimensões de Análise do IBEU

O INCT (2013) diz que é importante compreender como é realizado e como é criado a base territorial da base de dados disponibilizada pelo IBGE, sendo importante destacar que estas informações do censo demográfico se referem tanto a habitação quanto a quem reside nela. Para obter esses dados é realizado dois tipos de questionários, um básico e outro mais amplo. O questionário básico apresenta uma quantidade reduzida de questões comparadas ao questionário mais amplo, contudo é aplicado a todos os domicílios, já o mais amplo que abrange uma quantidade maior de perguntas é aplicado por meio de amostragem definida a cada município, levando em conta o tamanho do município e quantidade de habitantes.

Como estratégia operacional na realização do censo demográfico o IBGE define alguns setores censitários que correspondem a um recorte territorial, desta forma os dados obtidos dentro deste espaço são divulgados de forma homogênea. Deste modo não é possível identificar cada um dos indivíduos investigados pois é divulgado apenas o número de pessoas ou de domicílios por setor censitário, sendo gerado assim os dados do universo (INCT, 2013). Contudo os resultados dos dados obtidos através questionário amostral ou microdados são divulgados a partir da junção de setores censitários, denominado área de ponderação, estes por sua vez podem ser consultados de forma individual por pessoa ou domicílio, levando em conta uma média obtida. Além dos questionários o recenseador registra em outra folha as características dos domicílios e de seus entornos, sendo disponibilizados em outro banco de dados (INCT, 2013).

Já o Índice de Bem-Estar Urbano é elaborado a partir dos dados recolhidos da base do universo (questionário básico), da base de microdados (questionário amostral) e da base do entorno (INCT, 2013).

Segundo o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT, 2013) O IBEU está compreendido em cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana, conforme Quadro 05 a seguir. Dentro de cada dimensão foi considerado e analisado os fatores que podem possibilitar em maior ou menos bem-estar da população. Contudo existem outras propriedades que podem contribuir para o bem-estar da população, porém, não são utilizadas por não terem dimensões existentes para o IBEU (INCT, 2013).

Quadro 05: Dimensões do IBEU

IBEU ÍNDICE DE BEM ESTAR URBANO				
Mobilidade Urbana	Condições Ambientais Urbanas	Condições Habitacionais Urbanas	Condições de Serviços Coletivos e Urbanos	Infraestrutura Urbana
(D1)	(D2)	(D3)	(D4)	(D5)

Fonte: INCT, 2013. Organizado pelo autor (2018).

A seguir será contextualizado cada dimensão do Índice de Bem-Estar Urbano com objetivo de facilitar a compreensão dos fatores analisados em cada item.

2.3.1.1 Mobilidade Urbana

O indicador de deslocamento casa-trabalho é o responsável por conceber a dimensão de mobilidade urbana D1, pois mesmo não sendo o único indicador de análise sobre mobilidade este já apresenta variáveis para refletirmos sobre a mobilidade urbana. O deslocamento-casa-trabalho é um indicador que avalia o tempo de percurso para as pessoas que trabalham fora de casa, sendo utilizado como tempo ideal no máximo 1 hora por dia em deslocamentos para este trajeto (INCT, 2013).

2.3.1.2 Condições Ambientais Urbanas

A dimensão de condições ambientais urbanas é composta por três indicadores sendo eles: arborização no entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. É importante salientar que estes indicadores já possibilitam a reflexão sobre grande parte das condições urbanas (INCT, 2013).

Arborização no entorno dos domicílios – é um indicador que tem por objetivo avaliar a quantidade de arborização próxima a população urbana, sendo inserida nas calçadas ou em canteiros centrais das vias. Esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios – é um indicador que tem objetivo avaliar as condições de saneamento básico ao redor dos domicílios, pois o esgoto a céu aberto é responsável por vários problemas de saúde e ambientais da população urbana (INCT, 2013).

Lixo acumulado no entorno dos domicílios – é um indicador que tem por objetivo avaliar se ao dentro ou nas proximidades dos domicílios apresentam acúmulo de lixo (alimentos, móveis, entulhos, etc.) estes também são responsáveis por serem possíveis transmissores de doenças (INCT, 2013).

2.3.1.3 Condições Habitacionais Urbanas

A dimensão de condições Habitacionais urbanas é composta por cinco indicadores sendo eles: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro, material das paredes dos domicílios, espécie dos domicílios. Deste modo, busca avaliar as condições de moradia da população urbana consequentemente quanto melhor suas condições melhores serão seu bem-estar (INCT, 2013).

Aglomerado subnormal – é um indicador que tem por objetivo avaliar a proporção de moradores na mesma área de ponderação verificando assim se é ou não um aglomerado subnormal. O indicador é obtido através da base de dados dos setores censitários divulgados pelo IBGE. Densidade domiciliar – é um indicador que tem por objetivo avaliar a densidade populacional dentro do domicílio, sendo considerado adequado até 2 pessoas por dormitório (INCT, 2013).

Densidade morador/banheiro – é um indicador que tem por objetivo avaliar a densidade populacional do domicílio pela quantidade de banheiros, sendo considerado um número adequado de até 4 pessoas por banheiro (INCT, 2013).

Material das paredes dos domicílios – é um indicador que tem por objetivo avaliar o material das paredes externas dos domicílios sendo considerado adequado paredes em alvenaria com revestimentos ou de madeiras apropriadas para construções. Espécie dos domicílios – é um indicador que tem por objetivo avaliar os domicílios, sendo considerado adequados os domicílios do tipo casa, apartamento, casa de vila ou condomínios e sendo considerado inadequados domicílios tipo casa de cômodo, cortiços, tenda, barracas, dentro de estabelecimentos ou em vagões, trailer etc. (INCT, 2013).

2.3.1.4 Condições de Serviços Coletivos e Urbanos

A dimensão de Condições de Serviços Coletivos e Urbanos é composta por quatro indicadores sendo eles: atendimento de água, atendimento de esgoto, atendimento de energia e coleta de lixo. De modo a avaliar as condições dos serviços públicos ofertados as pessoas, pois estes serviços são essenciais para garantir o bem-estar independente se é ofertado por empresas públicas ou privadas (INCT, 2013).

Atendimento de água – é um indicador que tem por objetivo avaliar o atendimento de água sendo considerado adequado quando fornecido por uma rede geral de água, o indicador é proporcional ao número de pessoas. Atendimento de esgoto – é um indicador que tem por objetivo avaliar o atendimento do sistema da rede de esgoto, sendo considerado adequado um sistema que colete o esgoto do domicílio, o indicador é proporcional ao número de pessoas (INCT, 2013).

Atendimento de energia – é um indicador que tem por objetivo avaliar se o local recebe energia elétrica por meio de distribuidoras ou por outras formas, o indicador é proporcional ao número de pessoas. Coleta de lixo - é um indicador que tem por objetivo avaliar se é coletado

de forma adequada o lixo pelos serviços de limpeza ou quando disponibilizado caçambas, o indicador é proporcional ao número de pessoas (INCT, 2013).

2.3.1.5 Infraestrutura Urbana

A dimensão de Infraestrutura Urbana é composta por sete indicadores sendo eles: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de bolo, rampa para cadeirantes e identificação de logradouro. Que por sua vez possibilitam melhores condições de bem-estar urbano e de qualidade de vida quando presente (INCT, 2013).

Iluminação pública – é um indicador que tem por objetivo avaliar a proporção de pessoas que residem próximo a iluminação pública, no qual é considerado iluminação pública dos entornos dos domicílios correspondente as quadras. Pavimentação – é um indicador que tem por objetivo avaliar a quantidade de pessoas que moram em residências com acesso em seus logradouros com pavimentação asfáltica, com cimento, paralelepípedos etc. (INCT, 2013).

Calçada – é um indicador que tem por objetivo avaliar a quantidade de pessoas que tem a face do domicílio com calçadas. Meio-fio/guia – é um indicador que tem por objetivo avaliar a quantidade de pessoas que tem a face do domicílio com meio-fio ou guia. Bueiro ou boca de lobo – é um indicador que tem por objetivo avaliar a proporção de pessoas que residam em domicílios com acesso nos logradouros a bueiros ou boca de lobo (INCT, 2013).

Rampa para cadeirantes – é um indicador que tem por objetivo avaliar a quantidade de pessoas que tem a face do domicílio rampas de acessibilidade a pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Identificação de logradouro – é um indicador que tem por objetivo avaliar a quantidade de pessoas que tem acesso a identificação de seus logradouros (INCT, 2013).

2.3.2 Metodologia Operacional do IBEU

Conforme abordado anteriormente o Índice de Bem-Estar Urbano - IBEU foi dividido em cinco dimensões sendo elas: mobilidade urbana (D1), condições ambientais urbanas (D2), condições habitacionais urbanas (D3), atendimento de serviços coletivos urbanos (D4) e infraestrutura urbana (D5), ambos apresentam o mesmo peso na construção do IBEU, para que cada dimensão apresente o mesmo peso os valores dos indicadores variam conforme a quantidade em cada dimensão conforme o “ANEXO A” (INCT, 2013). Desta forma o IBEU é construído com a seguinte formula:

$$IBEU = \frac{D1 + D2 + D3 + D4 + D5}{5}$$

Deste modo o IBEU gera um índice que varia de zero (0) a um (1), sendo que quanto mais perto de zero, pior é o bem-estar urbano e quanto mais próximo de 1 melhor o índice de bem-estar urbano (INCT, 2013).

2.3.3 Aplicação do Índice de Bem-Estar Urbano em Regiões Metropolitanas

Conforme o INCT (2013) o IBEU foi aplicado em quinze regiões metropolitanas sendo elas: Campinas, Florianópolis, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Grande Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, RIDE-DF, Salvador, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife, Manaus e Belém. Porém dentre as regiões metropolitanas analisadas apenas uma, a de Campinas apresentou um IBEU superior a 0,8, sendo considerado nível bom ou excelente de bem-estar urbano, conforme pode ser observado na tabela 04.

Tabela 04: Índice de Bem-Estar Urbano em Regiões Metropolitanas

Índice de Bem-Estar Urbano em Regiões Metropolitanas		
Região Metropolitana	Índice de Bem-Estar Urbano	Resultado
Campinas	0,873	Nível Bom ou Excelente
Florianópolis	0,754	Acima da Média
Curitiba	0,721	Acima da Média
Goiânia	0,720	Acima da Média
Porto Alegre	0,719	Acima da Média
Grande Vitória	0,699	Acima da Média
Belo Horizonte	0,658	Acima da Média
São Paulo	0,615	Acima da Média
RIDE-DF	0,610	Acima da Média
Salvador	0,573	Abaixo da Média
Fortaleza	0,564	Abaixo da Média
Rio de Janeiro	0,507	Abaixo da Média
Recife	0,443	Nível Ruim ou Péssimo
Manaus	0,395	Nível Ruim ou Péssimo
Belém	0,251	Nível Ruim ou Péssimo

Fonte: INCT, 2013. Elaborado pelo autor (2018).

De acordo com a Tabela 04, pode se observar que as regiões metropolitanas das regiões sul (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre) centro-oeste (Goiânia, Belo Horizonte, e RIDE-DF) e a maioria do Sudeste (Campinas, Grande Vitória e São Paulo) encontram-se acima da média, já no outro extremo, temos as regiões metropolitas do Norte (Manaus e Belém) nordeste (Salvador, Fortaleza e Recife) e a única do Sudeste (Rio de Janeiro) (INCT, 2013).

Vale ressaltar que o IBEU é um índice muito importante para demonstrar o nível de Bem-Estar Urbano na área analisada, pois ao contrário do PIB o IBEU apresenta como foco a qualidade de vida por meio de suas cinco dimensões, nas quais são importantes para todos os habitantes indiferentemente da área analisada. Suas aplicações contribuem para direcionar as gestões públicas de forma mais efetivas e eficientes.

2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi contextualizado a cidade de Capanema – PR e Uruguaiana – RS as duas com histórico de diminuição populacional e ambas localizadas em região fronteira como Foz do Iguaçu – PR além do Índice de Bem-Estar Urbano, na qual foi abordando as cinco dimensões de análise sendo elas: mobilidade urbana, condições ambientais, urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana das quinze regiões metropolitanas analisadas. Sendo possível constatar que as regiões sul, sudeste e centro-oeste apresentam maiores indicadores sobre o bem-estar urbano.

Deste modo a pesquisa utilizará os indicadores do IBEU para analisar quais resultados Foz do Iguaçu – PR apresenta após a emigração populacional iniciada em 2007. Contudo, no próximo capítulo será abordado e contextualizada a mesorregião Oeste paranaense bem como a cidade de Foz do Iguaçu – PR.

3 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO

Este capítulo aborda a contextualização histórica, demográfica e econômica, da região Oeste do Paraná, com foco na cidade de Foz do Iguaçu –PR, cidade sobre a qual se discorreu o estudo de caso. É importante salientar que a cidade de Foz do Iguaçu -PR foi escolhida por ser a segunda maior cidade fronteiriça do Brasil, ficando atrás apenas da Capital de Rondônia Porto Velho –RO, pois já apresentou diminuição populacional e segundo IPARDES (2017) a projeção é que diminuía a população até 2040.

3.1 HISTÓRIA DO OESTE DO PARANÁ

Logo após descobrimento da América os portugueses e os espanhóis assinaram um acordo conhecido como Tratado de Tordesilhas, que dividia o continente de Norte a Sul em dois territórios a fim de reduzir as disputas por terras, um a Leste com colonização portuguesa e o outro a Oeste sobre colonização espanhola. Contudo o continente já era habitado por várias tribos indígenas espalhadas pelos territórios (GIORGIS, L. E. C. 2007).

Na região do Estado do Paraná havia a presença de duas grandes famílias de tribos indígenas, a dos tupi-guarani e a dos jês (caigangues e os xekléngs ou botocudos). Os primeiros índios da região a entrarem em contato com os portugueses foram os tupi-guarani pois se localizaram principalmente no litoral e no norte do estado. Porém o primeiro europeu a cruzar o Estado do Paraná foi Vicentino Aleixo Garcia, que ultrapassou o rio Paraná na região das Sete Quedas e avançou até os cumes dos Andes no Chile. Por volta de 1541, o espanhol Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca atravessou a região com uma numerosa comitiva vinda de Santa Catarina para tomar simbolicamente posse do rio Paraná em nome do Rei da Espanha (WACHOWIWICZ, R. C. 2010).

Após 1641 quando Gabriel de Lara descobre a Serra Negra e avisa ao governo português sobre a nova área de mineração a região começa a receber muitos imigrantes que trabalhavam em Iguape e Cananéia como mineradores. Desta forma iniciou o povoamento do litoral paranaense, fundando a cidade de Curitiba e surgindo outras cidades como Paranaguá (WACHOWIWICZ, R. C. 2010).

Mesmo com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, portugueses continuaram as invasões no território espanhol, que resultou em meados do século XVIII, após muita resistência do

governo espanhol o domínio português sobre as terras a Oeste da Linha de Tordesilhas. Entretanto as terras ficarão abandonadas após a destruição das jesuíticas pelos paulistas (portugueses), porém o reconhecimento das novas divisas territoriais só ocorreu em 1750, com a assinatura do novo acordo: o Tratado de Madri, que avançava as terras portuguesas da antiga linha de Tordesilhas até o Rio Paraná (WACHOWIWICZ, R. C. 2010).

Devido ao grande abandono da região, por volta de 1881 começou a surgir as margens do rio Paraná as obragens, que logo atravessaram para o lado brasileiro em busca da exploração da madeira e da erva-mate pois não havia nenhuma infraestrutura para cobrar impostos sobre os produtos. Após avaliação de que Foz do Iguaçu era uma região estrategicamente muito importante, o governo imperial decide em 1888 instalar uma colônia militar na cidade com o objetivo de fortalecer a chamada fronteira guarani. Em 1889 população da região era formada por 324 pessoas, das quais a maioria era paraguaios e argentinos contendo apenas 9 brasileiros (WACHOWIWICZ, R. C. 2010).

Segundo Saatkamp (1984), no final do século XIX e início do século XX, o Oeste paranaense ainda se encontrava isolado devido as poucas estradas na região, fato que se permitia encontrar muitos índios tupis-guarani e kaigangs. Já em 1905 a colônia apresentava aproximadamente mil habitantes sendo a maioria colonos, estes que foram atraídos pela entrega de vários lotes de terras para que fosse cultivado a agricultura. Contudo alguns anos depois este processo não estava mais atraindo pessoas. Devido a frustração desta ideia em 1912 a colônia foi entregue a administração do Estado do Paraná (WACHOWIWICZ, R. C. 2010). A partir de 1930 o Brasil apresenta um novo presidente.

Getúlio Vargas assumiu o poder em 03 de novembro de 1930, após liderar um movimento político-militar que pôs fim a Primeira República e governou o país sob forma de Governo Provisório até a promulgação da Constituição de 1934, quando passa a ser o Presidente constitucional pelo voto indireto (LOPES. S. 2002, p. 39).

Ao assumir como presidente, Getúlio Vargas instaurou um governo com políticas nacionalistas, ou seja, seu governo era a favor do intervencionismo de estatais e centralização do governo. Neste sentido Getúlio Vargas preocupado com o abandono das regiões de fronteira lançou a campanha “Marcha para Oeste”, tinha como objetivo colonizar e povoar todas as terras em região de fronteira do Brasil (LOPES, S. 2002).

Para Lopes (2002), no Paraná a ação que marcou o início do Governo de Getúlio Vargas, foi a nomeação do General Mário Tourinho para assumir o governo do Estado do Paraná, tendo como principal objetivo a nacionalização da região de fronteira conhecida como “fronteira

guarani”. Neste sentido, dois fatos marcaram o governo do General Mário Tourinho no Estado, sendo elas: a nomeação do Engenheiro Otton Mader como prefeito da cidade de Foz do Iguaçu – PR e a publicação do Decreto nº 19.482 conhecido como “lei dos dois terços”, lei que obrigava todas as empresas a terem em seu quadro de funcionários pelo menos dois terços de brasileiros, consequentemente essa medida prejudicou as obras que tinham como trabalhadores de maioria paraguaios.

Em 1938 foi publicado um Decreto-Lei que criava ao longo de toda fronteira brasileira Territórios Nacionais, no Oeste do Paraná e de Santa Catarina foi criado o Território do Iguaçu conforme Imagem 03 (LOPES.S. 2002).

Imagem 03: Localização do Território do Iguaçu em 1944.



Fonte: Gazeta do Povo (2013).

Lopes (2002) acrescenta que a capital deste novo território seria a cidade Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul. Contudo essa divisão do Estado do Paraná e Santa Catarina não perpetuou por muito tempo. Mesmo com a campanha da “Marcha para Oeste” em 1930, os maiores aumentos migratórios foram registrados a partir de 1950 e 1960 quando a área é ocupada pelas Companhias Colonizadoras (KLAUCK, S. 2004).

3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi contextualizado a história da região Oeste do Paraná, desde a rivalidade entre os governos portugueses e espanhóis pelas terras até o auge das correntes migratórias na região, influenciadas pela “Marcha para Oeste” do governo de Getúlio Vargas. Contudo o capítulo abordará ainda toda a contextualização histórica, demográfica e econômica do Estado do Paraná na atualidade e da cidade de Foz do Iguaçu – PR.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa discorreu do assunto “planejamento urbano de Foz do Iguaçu – PR e através do tema “as consequências urbanas ocorridas após a emigração populacional de Foz do Iguaçu-PR”, justificou através da compreensão dos reflexos causados na cidade de Foz do Iguaçu devido ao aumento da emigração populacional da cidade. Contribuindo assim, para o planejamento municipal e regional de Foz do Iguaçu – PR. A pesquisa ainda busca responder a pergunta inicial de “como os altos índices de emigração são prejudiciais a cidade de Foz do Iguaçu?” . Ai sim confirmando ou refutando a hipótese de que “Foz do Iguaçu – PR apresenta altos índices de emigração que são prejudiciais para seu desenvolvimento”.

Desta maneira a pesquisa teve como objetivo específicos a contextualização do urbanismo no Brasil, do planejamento urbano, densidade urbana, abordagens sobre a cidade de Capanema – PR e Uruguaiana – RS e do índice de Bem-Estar Urbano – IBEU além da contextualização histórica, demográfica e econômica da Mesorregião Oeste e de Foz do Iguaçu – PR. Partindo deste pressuposto o trabalho se dividiu em três capítulos sendo eles:

O primeiro capítulo abordando a contextualização do urbanismo do Brasil desde os primórdios da colonização por Portugal até o século XX, quando iniciou uma grande preocupação com as áreas urbanas, estas que trouxeram muitos benefícios a quem as utilizou, mas que também apresentou pontos negativos como os primeiros assentamentos irregulares que posteriormente se tornaram favelas. Neste período também vale ressaltar o surgimento dos planos diretores que juntamente com as demais políticas urbanas propõem a organização e o planejamento de todas as áreas urbanas e rurais dos municípios, desde as preocupações com a densidade demográfica até os melhores sistemas para o atendimento da sociedade seja ele público ou privado.

O segundo capítulo discorre a partir de três abordagens que sustentam as análises da pesquisas a primeira é a da cidade de Capanema - PR, que passou por um grande período de emigração após o fechamento da Estrada do Colono e do êxodo rural, fatores que além de diminuir a população fez com que a cidade mudasse seu rumo, pois toda a estrutura que estava sendo construída as margens da Estrada do Colono não era mais necessária e a cidade se tornava um tanto quanto ilhada das demais regiões do Estado do Paraná.

A segunda abordagem explana sobre a cidade de Uruguaiana – RS, pois é o município mais parecido com a cidade de Foz do Iguaçu – PR, está que é o objeto de estudo da pesquisa, além disso é a segunda cidade mais populosa da tríplice fronteira brasileira, e está apresentando decréscimo populacional como a cidade analisada, porém não com o mesmo ritmo.

A terceira e última abordagem contextualiza o Índice de Bem-Estar Social - IBEU, que tem por objetivo avaliar e indicar como está o nível de bem-estar nos municípios bem como das regiões metropolitanas do Brasil, sendo composto por cinco dimensões para análise: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, condições de serviços coletivos urbanos e de infraestrutura urbana.

O terceiro capítulo abordou a contextualização histórica da Mesorregião Oeste do Estado do Paraná, contudo, a pesquisa não está concluída, abordará ainda a contextualização demográfica e econômica da Mesorregião Oeste e histórica de Foz do Iguaçu. Para assim poder realizar as análises dos indicadores antes da emigração e pós-emigração, confirmando ou refutando a hipótese inicial, de que sim, o aumento da emigração prejudica o desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu- PR no capítulo quatro.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, A. DAVIDSON, F. **Densidade Urbana: Um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro. Editora: Mauad, 1998.

ALVES, S. R. **Densidade Urbana: Compreensão e Estruturação do Espaço Urbano nos Territórios de Ocupação Dispersa**. 2011, 101f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura com especialização em Planejamento Urbano e Territorial) – Universidade Técnica de Lisboa.

ANDRADE, P. A. **Densidade e Forma Urbana: Caminhos para a Urbanidade**. Publicado no IV enanparq – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Sessão Temática: Morfologia Urbana, UFPB, Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016.

BARROS, N. S. **A Densidade e a Morfologia Urbana como parâmetros para o Planejamento de Bacias Hidrográficas**. Publicado no III Seminário Nacional sobre o Tratamento de áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo - APPURBANA. Eixo Temático: A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica, UFPA, Belém, de 10 a 13 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 03 de mar de 2018.

CASSILHA, G. A; CASSILHA, S. A. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba-PR. 1. Ed. IESDE Brasil S.A. 2009.

CLEMENTE, A. “Prejuízos Decorrentes do Fechamento da Estrada do Colono. AIPOPEC: Associação de Integração Comunitária Pro Estrada do Colono. Estrada do Colono. Oeste e Sudoeste do Paraná. 1998

D.G.O.T.D.U – Direcção- Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. **Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território**. Colecção Informação 5. Campo Grande. Lisboa, 2000.

DALLO, L. **Caminho do Colono: Vida e Progresso**. Francisco Beltrão – PR. GRAFIT, 1998.

DEVECCHI, A. M. **Políticas de compactação urbana**. Publicado na Revista Eletrônica arq.urb#12 USTJ. 2014. Disponível em: < <http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/5-alejandra-devecchi.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

DIAS, C. S; SCHULER, D; MAKAI, H; DIAS, S. I. S. **Capanema – PR: A proposta do Plano Diretor - 2006 a 2007**. Cascavel- Pr. Editora: Smolarek Arquitetura. 2007.

ESTATUTO DA CIDADE. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Brasília, DF. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 03 de mar de 2018.

EXPOENTE, a. **História**. Maringá: Expoente, 2012.

EXPOENTE, b. **Geografia**. Maringá: Expoente, 2012.

FARRET, R. L, KOHLSDORF, M. E, GONZALES, S, HOLANDA, F. **O espaço da cidade**. São Paulo, Editora Projeto. 1985

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **População por município e sexo, 2001 a 2016 – Rio Grande do Sul**. 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativas-populacionais/>. Acesso em 14 de maio de 2018.

FEITOSA, M.J.G. **Arquitetura e Urbanismo: seu Ensino no Brasil**. 2016. Disponível em: www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/GTUrbanismoEnsinoArq.docx. Acesso em 23 de mar de 2018.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Publicado em Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de Capanema PR**. 2013. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PR&IdCidade=410450&Indicador=1&Ano=2013>. Acesso em 14 de maio de 2018.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **O crescimento populacional no mundo**. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-crescimento-populacional-no-mundo.htm>>. Acesso em 28 de abril de 2018.

GAZETA DO POVO. **Um Território Chamado Iguaçu**. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-territorio-chamado-iguacu-bky41lfjwksv2j8j851ds9etq>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002

GIORGIS, L. E. C. (2007) **Tratado de Madrid**. Portal São Francisco, Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/tratado-de-madrid>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Infográficos: Evolução populacional e pirâmide etária**. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=410830>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. **Capanema, Paraná Brasil**. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/capanema/panorama>. Acesso em 13 de maio de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INCT) – OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **IBEU: índice de bem-estar urbano**. Org.: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os Vários Paranás: Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades**. 2009. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf. Acesso em 13 de maio de 2018.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projeção da população dos municípios do paraná, por sexo e grupos de idades, para o período 2017-2040**. 2017. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/ipardes/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf. Acesso em 23 de març de 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Parque Nacional do Iguaçu (PR)**, Brasília, 2014, disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/52> > acesso em: 12 de maio de 2018.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. (Tradução Carlos S. Mendes Rosa) Edição 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

KLAUCK, S. **Gleba dos Bispos: Colonização no Oeste do Paraná: uma experiência católica de ação social**. Porto Alegre, 2004. Editora EST

LAZIER, H. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. Francisco Beltrão – PR. 2 Edição. GRAFIT, 1997.

LEI FEDERAL nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 20 de maio de 2018.

LEI FEDERAL nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em 30 de abril de 2018.

LEI FEDERAL nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. **Altera o Decreto-Lei nº3365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano)**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9785.htm#art3>. Acesso em 30 de abril de 2018.

LEME, M. C. S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895- 1965. In: LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil 1895 – 1965**. São Paulo. Studio Nobel. 1999.
LOPES. S. **O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel. Editora: Edunioeste. 2002

MARCONI, M. A, LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 8 Ed. São Paulo. Editora Atlas. 2017

MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para crise urbana. 6 Ed. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes. 2013.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica.** Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável, s. d. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper51.pdf>>. Acesso em 07 de maio de 2018.

PAGNONCELLI, D. AUMOND, C.W. **Cidades, Capital Social e Planejamento Estratégico** O Caso Joinville. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2004

PINTO, V. C. **Direito urbanístico:** plano diretor e direito de propriedade. São Paulo - Editora Revista dos Tribunais. 2005.

REIS, N.G; **Evolução Urbana do Brasil 1500/1720;** 2 Edição revisada e ampliada, São Paulo. Editora Pini. 2000.

ROSSINI, R. E. **A Migração como Expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital.** Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ADEP S.d

SAATKAMP, V. **Desafios lutas e conquistas:** história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel. Editora ASSOESTE, 1984.

SAVI, M; OLIVEIRA, M; ZAMBONI, L. F; BERTRANS, A.S; RODRIGUES, A. N. **Estrada do Colono: Passado, Presente e Futuro: Parque Nacional do Iguaçu.** 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276293447_Estrada_do_Colono_Passado_Presente_e_Futuro_-_Parque_Nacional_do_Iguacu>. Acesso em 12 de maio de 2018.

SCHENCKEL, A. L. G. **Redes e Fluxos, Território e Identidade local: A Estrada do Colono – Oeste do Paraná.** Monografia de Geografia da UNIJUI. IJUÍ-RS. 2010. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/629/MONOGRAFIA%20FINAL%20-%20ALINE.pdf?sequence=1>>. Acesso em 12 de maio de 2018.

SEMUDE – Secretária de Desenvolvimento Econômico. **Uruguaiana.** S.d. Disponível em: http://www.uruguaiana.rs.gov.br/pmu_novo/files/cidade-uruguaiana1.pdf. Acesso em 14 de maio de 2018.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** 2Ed. São Paulo. Editora Contexto. 2002

SIQUEIRA, S. **Geografia Escolar: Galeria de Mapas.** Disponível em: <<https://www.geografiaescolar.com.br/2016/08/galeria-de-mapas.html>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

SOUZA, A. A. **O brasil império, a lei de terras, seu regulamento e os índios do Planalto meridional (1850-1870).** Publicado no XXVII Simpósio Nacional de História “Conhecimento histórico e diálogo social”, ANPUH Natal – RN, 22 a 26 de julho 2013.

SOUZA, M, L. **MUDAR A CIDADE: Uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 3º ed. Rio de Janeiro, Editora: Bertrand Brasil, 2004.

TEDESCO, J. C, **Imigração e integração cultural**: interfaces: Brasileiros em Verona - Itália. Ed 1. Passo Fundo – RS. Editora UFP. 2003.

UNRIC. Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **ONU projeta que população mundial chegue aos 8,5 mil milhões em 2030**. 2015. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/31919-onu-projeta-que-populacao-mundial-chegue-aos-85-mil-milhoes-em-2030>>. Acesso em 28 de abril de 2018.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Editora ABEU. 10 Edição. Ponta Grossa, PR. 2010

ANEXOS

ANEXO A – Quadro com peso dos indicadores em cada Dimensão do IBEU

Quadro 1.2: Peso dos indicadores na dimensão e no índice

Dimensão/Indicadores	Descrição do indicador	Peso na dimensão	Peso no Índice
I. MOBILIDADE URBANA		1	1/5
Tempo de deslocamento casa-trabalho	Proporção de pessoas que trabalham fora do domicílio de residência e retornam do trabalho diariamente no período de até 1 hora	1	1/5
II. CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS		1	1/5
Arborização no entorno do domicílio	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui arborização	1/3	1/15
Esgoto a céu aberto no entorno do domicílio	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui esgoto a céu aberto	1/3	1/15
Lixo acumulados nos logradouros	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui lixo acumulado nos logradouros	1/3	1/15
III. CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS		1	1/5
Aglomerado subnormal	Proporção de pessoas que não moram em aglomerado subnormal	1/5	1/25
Densidade domiciliar	Proporção de pessoas que moram em domicílio com até 2 residentes por dormitório	1/5	1/25
Densidade de banheiro	Proporção de pessoas que moram em domicílio com até 4 residentes por banheiro	1/5	1/25
Parede	Proporção de pessoas que moram em domicílio com material de parede adequado	1/5	1/25
Espécie do domicílio	Proporção de pessoas que moram em domicílio cuja espécie é adequada	1/5	1/25
IV. ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS		1	1/5
Atendimento de Água	Proporção de pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de água	1/5	1/25
Atendimento de Esgoto	Proporção de pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de esgoto	2/5	2/25
Coleta de Lixo	Proporção de pessoas que moram em domicílios com coleta adequada de lixo	1/5	1/25
Atendimento de Energia	Proporção de pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de energia	1/5	1/25
V. INFRAESTRUTURA URBANA		1	1/5
Iluminação pública	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui iluminação	1/7	1/35
Pavimentação	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui pavimentação	1/7	1/35
Calçada	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui calçada	1/7	1/35
Meio-fio/Guia	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui meio fio ou guia	1/7	1/35
Bueiro ou boca de lobo	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui bueiro ou boca de lobo	1/7	1/35
Rampa para cadeirante	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui rampa para cadeirante	1/7	1/35
Logradouros	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui logradouros	1/7	1/35